

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

CRESCIMENTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE SOBRE  
ASPECTOS MACROECONOMICOS DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.

**Carlos Eduardo Menezes da Silva** (Universidade de Brasília) - [jmn0702@terra.com.br](mailto:jmn0702@terra.com.br)  
*Doutorando em Economia Ambiental*

**Jorge Madeira Nogueira** (Universidade de Brasília) - [jmn0702@gmail.com](mailto:jmn0702@gmail.com)  
*Professor Titular*

# CRESCIMENTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS MACROECONOMICOS DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.

Carlos Eduardo Menezes da Silva e Jorge Madeira Nogueira

## Resumo

O estado de Pernambuco vivenciou um período de reconhecido crescimento econômico nos últimos 12 anos, o que se converteu na melhoria de diversos aspectos sociais. Em função disso o presente trabalho objetivou analisar se o crescimento econômico vivenciado pelo estado nestes anos se converteu em melhorias na qualidade ambiental do estado. Para tanto foram analisados bancos de dados e documentos referentes aos aspectos econômicos e de indicadores ambientais. O cruzamento dos dados da área econômica com a ambiental demonstrou que o grande crescimento do PIB do estado que foi R\$ 30 bilhões no ano de 2002, para cerca de R\$ 100 bilhões no ano de 2012. Da mesma forma a receita do estado seguiu esse crescimento, saindo dos R\$ 6,45 bilhões no ano de 2002 para cerca R\$ 31,9 bilhões em 2015. Esse crescimento também repercutiu no direcionamento de recursos para a Gestão Ambiental, cujas despesas saltaram de um patamar de R\$ 45.655.304,00 em 2002 até atingir um máximo de R\$ 451.730.700,00 no ano de 2013. O aumento de recursos foi acompanhado pelo aumento no número de áreas protegidas, porém, não na mesma escala, gerando no fim do período analisado uma redução de recursos disponíveis para Unidades de Conservação de 106,2 R\$/ha no ano de 2007 para 66,2 R\$/ha ano de 2015, o que apesar de ser um valor maior do que os praticados em alguns países não significa necessariamente uma melhoria efetiva já que apenas 9 das 80 Unidades de Conservação do estado possuem plano de manejo elaborado, e além disso os percentuais dos biomas Mata Atlântica e Caatinga protegidos por essas áreas ainda são muito pequenos respectivamente 9,82% e 3,62% dos remanescentes. Em função disso conclui-se que de fato o estado de Pernambuco apresentou uma melhora nos indicadores quantitativos da ação governamental na gestão dos recursos naturais, mas a mesma ainda não é uma prioridade do governo.

**Palavras-chave:** Gestão de Recursos Naturais, Unidades de Conservação, Macroeconomia Ambiental, Economia dos Recursos Naturais.

## 1. Introdução

O comportamento do Produto Interno Bruto - PIB do estado de Pernambuco evidencia que houve, na última década, um acentuado crescimento de sua atividade econômica. Além disso, em vários momentos esse crescimento foi até maior que as médias regionais e nacionais observadas para o mesmo período. Esses dados por si só mostram uma grande evolução pela qual passou o estado. No entanto, como ressalta Jackson (2013), o PIB conta os valores econômicos de bens e serviços trocados no mercado. Se gastarmos nosso dinheiro em mais e mais *commodities*, é porque as valorizamos. Não as valorizamos se elas, ao mesmo tempo, não estivessem melhorando a nossa vida. Então, um aumento contínuo no PIB per capita é um substituto razoável para uma prosperidade crescente. Mas essa conclusão é estranha, precisamente porque prosperidade não é sinônimo tão óbvio de renda ou riqueza. O aumento de prosperidade não é, de maneira evidente, a mesma coisa que crescimento econômico.

Ainda que o crescimento econômico vivenciado no período analisado possa ser sem dúvida uma boa notícia, com reflexos positivos, como geração de emprego e renda, em diversos setores do estado, também deve ser observado sobre o prisma mais amplo da sustentabilidade. Sob esse prisma devemos considerar aspectos ambientais, para saber em que bases está realizando esse crescimento econômico, no que diz respeito ao uso e conservação dos recursos

naturais, e como o aparato estatal está gerenciando estas mudanças. Segundo Grossman & Krueger (1995) alguns estudos relatam evidências sobre a relação entre várias medidas de qualidade ambiental e níveis de PIB nacional. Esses estudos tendem a achar que a degradação ambiental e renda têm uma relação em forma de U invertido, com a poluição crescente com a renda em baixos níveis e diminuindo a poluição com altos níveis de renda.

Tal preocupação com a relação entre aspectos macroeconômicos e a gestão dos recursos naturais é ressaltada por Nadal & Gallagher (2009), quando afirmam que as forças motrizes que exercem pressão sobre o meio ambiente e os recursos naturais estão sob a influência das políticas macroeconômicas. As políticas monetária e fiscal, por exemplo, determinam as taxas de crescimento e a direção das mudanças estruturais em cada economia. Essas políticas econômicas condicionam as ações de todos os agentes econômicos, das maiores corporações, a menor das famílias. Elas ajudam nas decisões de escolha de tecnologias e gestão de recursos no nível micro. Por isso, a importância das políticas macroeconômicas sobre gestão ambiental não pode ser ignorada. Segundo os autores até mesmo o Fundo Monetário Internacional reconhece que as políticas macroeconômicas são fundamentais para dissuadir ou evitar padrões de crescimento que tragam danos ao meio ambiente.

Assim o presente trabalho tem como objetivo analisar aspectos macroeconômicos do estado de Pernambuco da relação entre as atividades de gestão dos recursos naturais e verificar se o crescimento do PIB, tem influenciado positivamente na melhoria da gestão dos recursos naturais.